



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681155 - PE (2021/0225031-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ALEX DE FREITAS BARBOSA JUNIOR
ADVOGADO : ALEX DE FREITAS BARBOSA JUNIOR - PE037847
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ETEZIO CURSINO DA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ETEZIO CURSINO DA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (00122046220218179000).

O paciente encontra-se atualmente cumprindo pena em regime semiaberto junto a Penitenciária Agroindustrial São João.

O impetrante sustenta que foi requerido ao Juízo da execução penal o cumprimento da Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 28 de novembro de 2018, de modo a ser computado em dobro o tempo de pena cumprida pelo penitente no Complexo Penitenciário do Curado – em Recife. Alega, ainda, que o cômputo em dobro da pena cumprida pelo paciente seria crucial para o pedido defensivo, uma vez que, sendo aplicado a Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o paciente atingiria o lapso temporal necessário para preencher o requisito objetivo de progressão de regime.

Requer a concessão de medida liminar para determinar que o Juízo das execuções penais confeccione novo atestado de pena, com a aplicação do cômputo em dobro do tempo de pena cumprido pelo paciente no citado Complexo. (O apenado já permaneceu 965 dias no Complexo do Curado, período que, por determinação da Corte IDH, deve ser computado em dobro, declarando o juízo o cumprimento ficto de 1.930 dias.) No mérito, pede a ratificação da liminar, concedendo, assim, o direito ao regime aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador (fls. 17-19). Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente